

Número 12

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Comunicado da Presidência

PNAD 2007
Primeiras
Análises

Educação
Juventude
Raça/Cor

Volume 4

14 de outubro de 2008

Apresentação

Um novo Brasil emergiu dos números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) edição 2007 publicada no dia 18 de setembro. Pesquisadores de diversas áreas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) vão divulgar até 21 de outubro uma série de cinco **Comunicados da Presidência** sob o título “Pnad-2007: Primeiras Análises”. Como já fora feito no ano passado com a Pnad-2006, os estudos vão discutir, com aprofundamento e detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, as modificações por que passa o país retratadas na Pnad-2007.

Devido à quantidade e à riqueza dos dados da Pnad, os pesquisadores optaram por divulgar suas análises por grupos de temas em cinco Comunicados da Presidência, que serão apresentados em reuniões com a imprensa.

Este **Comunicado da Presidência nº 12**, o quarto da série Pnad – 2007, versa sobre **educação, juventude e raça/cor**.

O terceiro da série abordou **demografia e gênero**; o segundo, **mercado de trabalho, trabalho infantil e Previdência**; e o primeiro, **pobreza, desigualdade e a nova estratificação social**.

Os próximos temas serão:

- **Dia 21/10**: Saneamento básico e habitação.

Os dados da Pnad são insumos valiosos e servirão ainda de base para futuros seminários, TDs (Textos para Discussão), boletins e livros do Ipea. Os Comunicados da Presidência são documentos mais curtos, de publicação mais ágil, com o objetivo de apresentar – em menor tempo de preparação – análises qualificadas de assuntos de interesse da sociedade brasileira ou de dados preliminares já consolidados de pesquisas mais longas em andamento.

Participam das pesquisas da série de Comunicados da Presidência “Pnad - 2007: Primeiras Análises” os pesquisadores Marcio Pochmann, Jorge Abrahão, Ricardo Amorim, Natália Sátyro, Sergei Soares, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Rosane Mendonça, Lauro Ramos, Ana Lúcia Kassouf, Milko Matijascic, Leonardo Rangel, Fernando Gaiger, Ana Amélia Camarano, Natália Fontoura, Alinne Bonetti, Maria Piedade, Carla Coelho, Herton Araújo, Luciana Jaccoud, João Luís do Nascimento, Carolina Veríssimo Barbieri e Marília Patelli Lima.

1. Educação

1.1 Analfabetismo

Os resultados da Pnad 2007, recentemente divulgados pelo IBGE, evidenciam redução da taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais. A queda de 0,4 ponto percentual (p.p.), em relação a 2006, fez recuar esse índice para 10%. Visto em perspectiva histórica, como se pode constatar na Tabela 1, nos últimos 14 anos, a taxa de analfabetismo foi reduzida em 7,2 p.p., com redução média de cerca de 0,5 p.p. ao ano.

Tabela 1

Taxa de analfabetismo segundo categorias selecionadas Brasil (1992 – 2007)

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,8	11,6	11,4	11,1	10,4	10,0
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	12,7	11,6	11,3	10,9
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,4	21,9	20,8	20,0
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,6	6,0	5,8
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7	5,4
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3	8,1
Localização														
Urbano Metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,6	5,4	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,7	27,7	27,2	25,8	25,0	24,1	23,3
Raça ou Cor														
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,5	6,1
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,2	16,8	16,2	15,4	14,6	14,1
Faixa Etária														
15 a 17 anos	8,2	8,2	6,6	5,9	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7
18 a 24 anos	8,6	8,2	7,2	6,5	6,8	5,4	4,9	4,2	3,7	3,4	3,2	2,9	2,4	2,4
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,3	5,8	5,8	5,7	4,7	4,4
30 a 39 anos	12,0	11,6	11,0	10,2	10,3	10,1	9,6	9,0	8,4	8,3	7,9	7,7	7,2	6,6
40 anos +	29,2	27,8	26,1	24,9	24,8	23,3	22,8	21,2	20,4	19,9	19,6	19,0	17,9	17,2

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Discoc/Ipea.

OBS: 1 A Pnad não foi realizada em 1994 e 2000.

2 Raça negra é composta de pretos e pardos.

3 A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em termos absolutos, coube à região Nordeste a maior redução (0,8 p.p.), no entanto essa região ainda apresenta um índice que é o dobro da média brasileira, situando-se em 20%, e bastante acima das taxas no Sul-Sudeste, que não ultrapassam os 6%. Isso se deve ao fato de aquela região concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros nessa faixa etária. Tanto no Nordeste, como no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre os idosos.

Além dos diferenciais regionais, observam-se números bastante expressivos também quando esse indicador leva em consideração os quesitos localização e raça/cor.

Para a localização, observa-se que na população rural quase um quarto de sua população é analfabeto. Já para a população urbana/metropolitana este índice é de 4,4% (esse valor não se alterou de 2006 para 2007).

A concentração de analfabetos na população negra (14,1%) é mais que o dobro da concentração na população branca (6,1%).

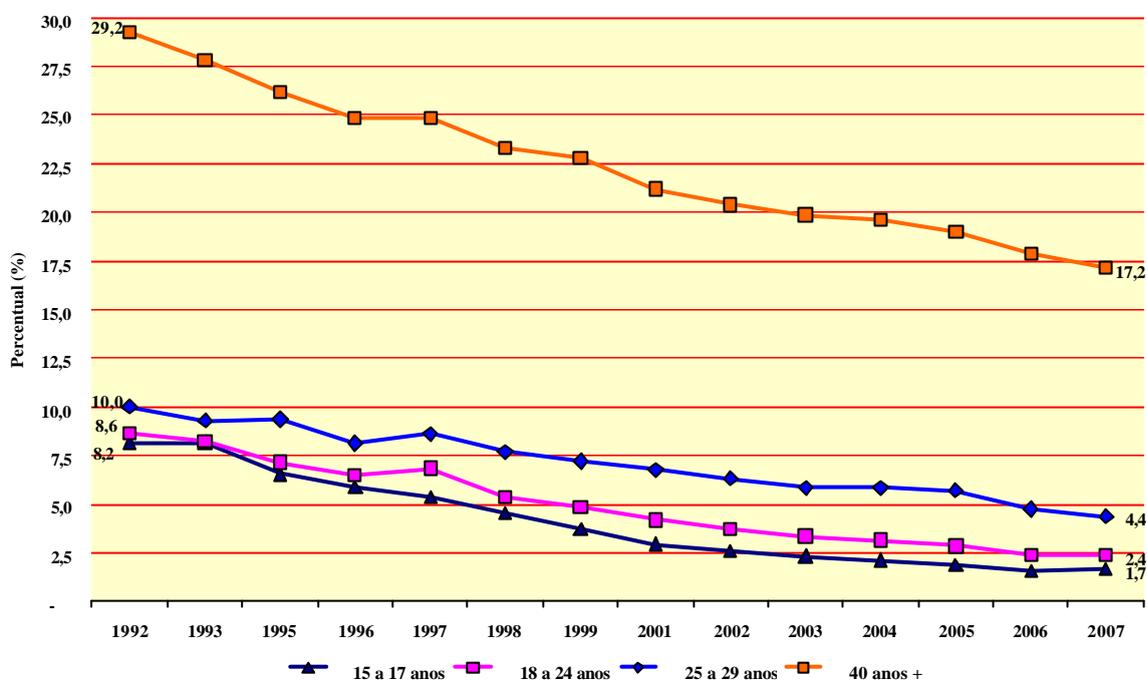
Por sua vez, a redução do analfabetismo em 2007 se concentrou nas faixas etárias acima de 25 anos. A maior redução ocorreu na faixa de 40 anos ou mais (0,7 p.p.), seguida da faixa etária de 30 a 39 anos (0,6 p.p.). Entre os jovens de 15 a 17 anos, ocorreu uma subida de 0,1 p.p.. Este pode ser resultado de um efeito composição, pois a população nesta faixa está decrescendo muito rapidamente, à velocidade de cerca de 1,6% ao ano, a partir de 2005.

A evolução do analfabetismo que é apresentada no Gráfico 1 mostra que o avanço representado pela redução substancial do analfabetismo na faixa etária de 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2007) e na faixa 18 a 24 anos (8,6% para 2,4%) reflete a evolução do sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. Os dados para a população acima de 40 anos alertam para o grande contingente de analfabetos nesta faixa etária.

Gráfico 1

Taxa de analfabetismo por faixa etária

Brasil (1992 – 2007)



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Portanto, o fato de ainda ser bastante elevada taxa relativa à população de 15 anos ou mais estaria evidenciando problemas de acesso a escola que grande parte da população brasileira mais velha teve, quando estava no período adequado para freqüentar escolas, assim como problemas do presente com a baixa cobertura/eficácia dos programas de alfabetização de adultos e idosos. **Logo, sendo mantida tal tendência, a erradicação do analfabetismo no Brasil terá de aguardar por pelo menos outras duas décadas.**

1.2. Média de anos de estudo

Os dados da Pnad 2007 também revelam ligeira ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais. Tanto para o Brasil, como para todas as regiões, houve aumento de 0,1 ano em relação a 2006. Com isso, a taxa média brasileira atingiu 7,3 anos, tendo como extremos as regiões Sudeste (8,0 anos) e Nordeste (6,0 anos). Desse modo, apenas a primeira região atingiu,

ao menos em termos médios, a escolarização mínima obrigatória de 8 anos de estudos, estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Existem diferenciais bastante expressivos também quando se observa esse indicador levando em consideração os quesitos localização e raça/cor.

Entre a população urbana, a taxa média é de 8,5 anos; na rural, 4,5 anos.

A população negra (6,4 anos), em média, tem 2 anos de estudo a menos que a branca (8,2 anos).

Tabela 2

Número médio de anos de estudo segundo categorias selecionadas

Brasil (1992 – 2007)

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,8	5,9	6,1	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,2	7,3
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,4	6,6	6,8
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,7	5,9	6,0
Sudeste	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	8,0
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,2	6,3	6,5	6,7	6,9	7,1	7,2	7,3	7,5	7,6
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5
Localização														
Urbano Metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,1	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,5	8,5
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,2	4,3	4,5
Raça ou Cor														
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,2
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,4
Faixa Etária														
10 a 14 anos	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3	3,5	3,6	3,9	4,0	4,1	4,1	4,1	4,2	4,1
15 a 17 anos	5,0	5,1	5,4	5,6	5,7	5,9	6,2	6,5	6,7	6,9	7,0	7,1	7,2	7,2
18 a 24 anos	6,2	6,3	6,6	6,7	6,9	7,2	7,4	7,9	8,1	8,4	8,6	8,8	9,0	9,1
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,5	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9
30 anos +	4,6	4,8	5,0	5,1	5,2	5,4	5,4	5,7	5,9	6,0	6,1	6,2	6,4	6,5

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota: ¹ A Pnad não foi realizada em 1994 e 2000.

² Raça negra é composta de pretos e pardos.

³ A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

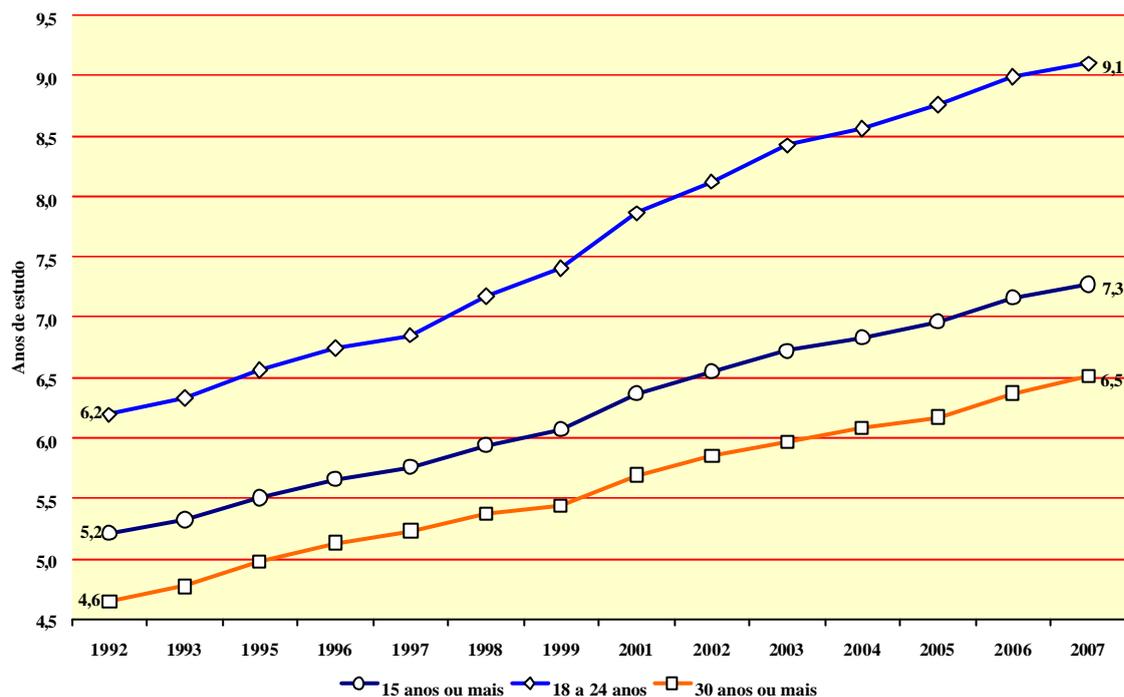
Sabe-se que o número médio de anos de estudo ainda se encontra nesse patamar bastante insatisfatório pelo fato de ser elevada a proporção de analfabetos entre adultos e idosos. Observa-se que quanto mais velha a população menor é a média de anos de

estudo, o gráfico a seguir, mostra que **a população com mais de 30 anos tem em média 6,5 anos de estudo, enquanto a população de 18 a 24 anos chega a ter 9,1 anos de estudo, ou seja, mais 2,6 anos de estudos a mais.**

Gráfico 2

Número médio de anos de estudo – por idade

Brasil (1992 – 2007)



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

Portanto, ampliar o acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos, a esses segmentos populacionais, implicará na aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. Por outro lado, assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos os brasileiros, na idade adequada, meta esta que integra o compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos do Milênio, não apenas concorrerá para ampliar o nível médio de escolaridade da população brasileira, como também favorecerá a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, a elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira, a um patamar minimamente aceitável, dependerá em grande medida dos avanços que forem logrados no âmbito da educação de jovens e adultos e em relação à universalização da conclusão do ensino fundamental.

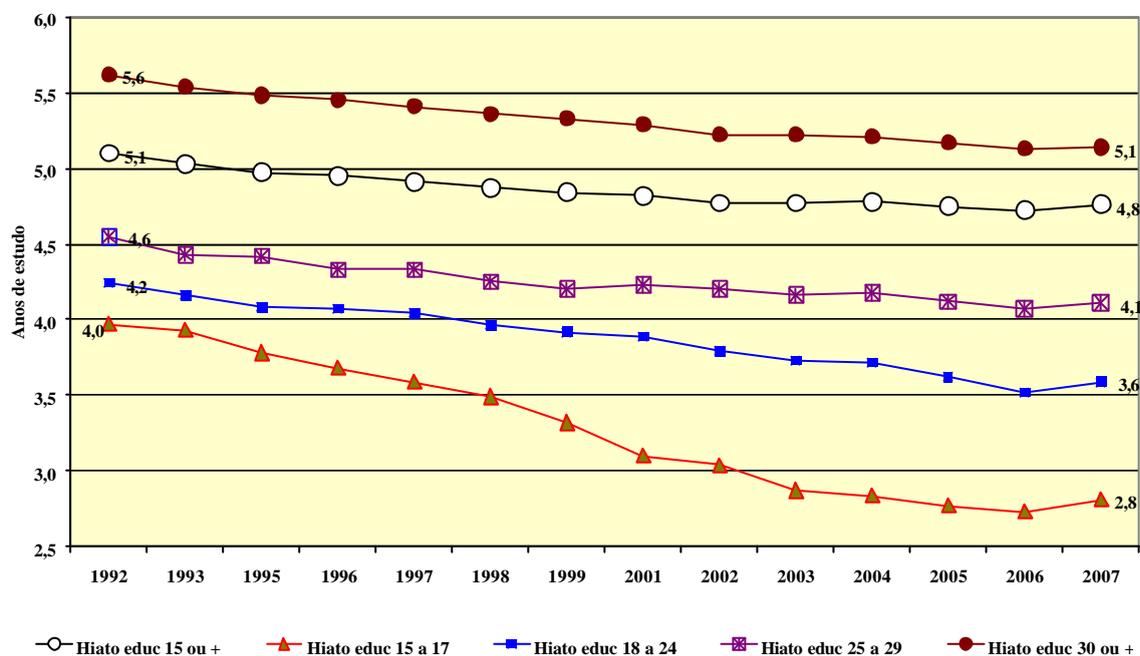
1.3. O hiato educacional

Outra forma de medir a situação da educação dos brasileiros e o indicador que denominamos de hiato educacional. Este indicador mede a quantidade de anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação obrigatória, no caso 8 anos de estudos, para atingir a meta, por faixa etária.

Gráfico 3

Hiato educacional – em anos de estudo e por idade

Brasil (1992 – 2007)



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

O Gráfico 3 mostra que o hiato é muito grande, mas houve avanços em todas as faixas etárias, entretanto, com velocidades diferentes. De novo observa-se que quanto mais velha é a idade selecionada menor é a queda do hiato, por exemplo, para a população com mais de 30 anos, o hiato saiu de 5,6 anos para 5,1 (este valor indica que esta população não atingiu nem metade da meta). Por outro lado, na população de 15 a 17 anos, a apesar do hiato ainda ser bastante expressivo, ela caiu de 4 (metade da meta) para 2,8 anos de estudo. Este número revela as dificuldades dos alunos em concluírem no período adequado seu período de estudo, o que remete aos problemas da repetência e evasão escolar.

1.4. Escolarização

Outro indicador educacional que revela avanços em relação a 2006 é a taxa de escolarização, por faixas etárias. As crianças de 0 a 3 anos foram as que tiveram maior incremento absoluto (1,7 p.p.), de modo que a taxa de escolarização nessa faixa etária ampliou-se para 17,1%. **Para as crianças de 4 a 6 anos, continua a ampliação da escolarização (1,6 p.p.) em relação a 2006. Neste caso, é plausível supor que esse aumento esteja relacionado com a mudança no quadro legal, que ampliou o ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade.** Na população de 7 a 14 anos, houve pequeno decréscimo de 0,1 p.p., o que fez com que a média nacional atingisse 97,6%. Considerando-se que, neste caso, o índice já se aproxima da universalização, a tendência futura será de pouca variação. Entre os jovens de 15 a 17 anos, também houve decréscimo de 0,1 p.p. Nesta faixa observa-se uma grande oscilação do indicador durante o decorrer dos anos, com movimentos de pequenas quedas e subidas.

Tabela 3

**Taxa de escolarização, segundo as faixas etárias
Brasil (1992 – 2007)**

Faixa etária	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
0 a 3 anos	7,6	7,4	8,07	8,7	9,2	10,6	11,7	11,7	13,4	13,0	15,5	17,1
4 a 6 anos	35,8	38,5	53,5	53,8	56,31	57,9	60,2	65,6	67,0	68,4	70,5	72,0	76,0	77,6
7 a 14 anos	86,6	88,6	90,2	91,2	93,02	94,7	95,7	96,5	96,9	97,2	97,1	97,3	97,7	97,6
15 a 17 anos	59,7	61,9	66,6	69,4	73,28	76,5	78,5	81,1	81,5	82,4	81,9	81,7	82,2	82,1
18 a 24 anos	22,6	24,9	27,1	28,4	29,40	32,1	33,9	34,0	33,9	34,0	32,2	31,6	31,7	30,9

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota: ¹ A Pnad não foi realizada em 1994 e 2000.

² Raca negra é composta de pretos e pardos.

³ A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Obs.: Nas pesquisas de 1992 e 1993 a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

A taxa de escolarização pode refletir aspectos positivos e negativos. Até a idade de 14 anos, quanto maior for o índice, tanto melhor. Mas, a partir daí, uma taxa elevada pode encobrir altos índices de distorção idade-série. Por exemplo, 82,1% da população de 15 a 17 anos freqüentavam a escola, em 2007, mas apenas 48% cursavam pelo menos o ensino médio, que corresponde ao nível adequado a essa faixa etária. Pode-se constatar, por intermédio da tabela 4, que a taxa de escolarização da população de 15 a 17 anos teve crescimento contínuo até 2003 e, desde então, vem se mantendo mais ou menos constante. Por sua vez, a taxa de freqüência líquida, nessa faixa etária, tem apresentado crescimento

ininterrupto, ao longo do mesmo período, conforme mostra a tabela 5, a seguir.

Tabela 4

Taxa de frequência líquida, segundo as faixas etárias Brasil (1992 – 2007)

Nível/Modalidade de Ensino	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Educação Infantil (0 a 6 anos)	13,8	14,8	25,1	25,1	26,6	27,0	28,2	31,2	32,7	33,8	35,6	36,1	37,9	36,4
Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	81,3	82,9	85,4	86,5	88,5	90,9	92,3	93,1	93,7	93,8	93,8	94,4	94,8	94,6
Ensino Médio (15 a 17 anos)	18,2	18,9	22,1	24,1	26,6	29,9	32,7	36,9	40,7	43,1	44,4	45,3	47,4	48,0
Ensino Superior (18 a 24 anos)	4,6	4,8	5,8	5,8	6,2	6,8	7,4	8,9	9,7	10,6	10,5	11,2	12,4	13,0

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Notas: ¹ A Pnad não foi realizada em 1994 e 2000.

² Raça negra é composta de pretos e pardos.

³ A partir de 2004 a Pnad passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Obs.: Nas pesquisas de 1992 e 1993 a frequência à escola era investigada apenas para pessoas com 5 anos ou mais de idade.

Os dados apresentados pela tabela acima evidenciam que os maiores avanços ocorreram nos níveis médio e superior. No primeiro caso, a taxa atingiu 48% da população de 15 a 17 anos, índice 0,6 p.p. maior que o de 2006, crescimento relativamente mais baixo que o que vinha ocorrendo anteriormente ao longo da série histórica sob análise. Na educação superior, o índice de 13% foi obtido mediante acréscimo de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior.

O contínuo aumento da taxa de frequência líquida na faixa etária de 15 a 17 anos pode ter sido favorecido pela melhoria do fluxo escolar, devido ao aumento dos índices de aprovação no ensino fundamental – que permite ao aluno ingressar no nível subsequente em idade menos defasada –, e no ensino médio, de modo a favorecer a conclusão da educação básica em idade menos avançada.

Por sua vez, é provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo Ministério da Educação, a qual vem sendo estruturada por três linhas de ação:

- i) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino;
- ii) ampliação do Financiamento Estudantil (Fies); e
- iii) instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Essas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior.

2. Juventude

O Brasil tem hoje cerca de 50,2 milhões de jovens (26,4% da população). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 (Pnad) revela que este grupo populacional continua enfrentando um importante conjunto de problemas.

Cerca de 14 milhões de jovens, na faixa etária entre 15 a 29 anos, podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Apenas a metade daqueles pertencentes ao grupo de 15 a 17 anos frequenta o ensino médio. Cerca de 4,6 milhões de jovens encontram-se desempregados. Contudo, ao longo dos anos, as condições de vida juvenil têm melhorado em diversos aspectos: a formalização do trabalho vem se intensificado, o nível de escolaridade aumentando e as diferenças e desigualdades no que se refere à cor/raça e gênero diminuindo.

Apresenta-se, a seguir, uma breve análise dos resultados da Pnad de 2007, focalizando os dados de maior destaque. **Considerou-se como jovem a parcela da população situada na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade.** Divididos em três grupos:

- de 15 a 17 (*jovem adolescente*),
- de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*);
- de 25 a 29 anos (*jovem adulto*)¹.

2.1. Situação educacional

Ao longo dos anos, observa-se um gradual e significativo decréscimo dos índices de analfabetismo juvenil. Trata-se hoje de um problema alojado predominantemente no segmento adulto da população e também no meio rural. Em 2007, a taxa de analfabetismo entre pessoas na faixa de 15 a 17 anos era de 1,7%, entre jovens de 18 a 24 anos de 2,4%, e entre o grupo de 25 a 29

¹ O Ipea vem procurando trabalhar com o mesmo recorte etário e categorizações adotados na proposta do Estatuto da Juventude, em discussão na Câmara dos Deputados, e também incorporado pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude. Cabe mencionar que, no âmbito das políticas públicas, a adoção do recorte etário de 15 a 29 anos é bastante recente. Antes, geralmente era tomada por "jovem" a população na faixa etária entre 15 e 24 anos. A ampliação desta faixa para os 29 anos não é uma singularidade brasileira, configurando-se, na verdade, numa tendência geral dos países que buscam instituir políticas públicas de juventude. Há duas justificativas que prevalecem para ter ocorrido essa mudança: maior expectativa de vida para a população em geral e maior dificuldade desta geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

anos de 4,4%; já entre pessoas de 40 anos ou mais a proporção de analfabetos correspondia a 17,1%. Verifica-se que as quedas do analfabetismo entre 1997 e 2007 foram maiores para o grupo de *jovens adolescentes* (de 15 a 17 anos). Isso em parte se explica pela existência de um longo período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental. Com o passar do tempo, cada camada etária passou a apresentar melhores e maiores níveis de alfabetização do que a anterior.

Em 2007, as taxas de frequência escolar praticamente repetem as de 2006. Cerca de 82% dos jovens de 15 a 17 anos estavam na escola, mas 44% não haviam concluído o ensino fundamental e apenas 48% deles cursavam o ensino médio. Portanto, a defasagem escolar continuava alta entre os jovens dessa faixa etária, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental. Assinala-se que nas regiões Nordeste e Norte as taxas de frequência líquida (34,5% e 36,%, respectivamente) permaneceram bem mais reduzidas do que no Sudeste e Sul (58,8% e 55,0%, respectivamente). Ainda que o problema da distorção idade/série ou defasagem escolar seja preocupante, cabe chamar a atenção para o fato de que a taxa de frequência líquida na faixa de 15 a 17 anos quase duplicou em um período de uma década.

Considerando ainda a evolução dos dados em um período de dez anos, observa-se que a escolaridade dos jovens aumentou e está mais alta do que a média nacional (7,2 anos de estudo): em 1997, a média de anos de estudo do jovem era de 6,8 no grupo de 18 a 24 anos; em 2007, essa média subiu para 9,1. Isto significa que os jovens desta faixa etária estão conseguindo ingressar no ensino médio, mas logo o abandonam, sendo premidos a escolher entre o estudo ou o trabalho.

O abandono do estudo começa a ficar mais evidente na medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho: no grupo de 15 a 17 anos 21,8% dos jovens o fazem. No grupo de 18 a 24 anos essa porcentagem se reduz para 16,2%. Observa-se também que na medida em que a renda aumenta, maiores são as chances de o jovem conseguir estudar e trabalhar ao mesmo tempo: no grupo de 18 a 24 anos pertencentes a famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, apenas cerca de 10% estudam e trabalham; essa porcentagem alcança cerca de 29% no grupo com renda domiciliar *per capita* de 2 a 5 salários mínimos e 30% no grupo com renda domiciliar *per capita* igual ou acima de 5 salários mínimos.

Relacionando a escolaridade com o sexo, constata-se que as mulheres puxam para cima as taxas de escolarização dos jovens. Elas têm maior escolaridade e adequação nos estudos do que os homens.

As maiores distâncias aparecem nos ensinos médio e superior: enquanto a taxa de frequência líquida no ensino médio é de 53,8% para as mulheres, esta porcentagem decresce para 42,4% no caso dos homens; no ensino superior, a taxa de frequência líquida é de 14,8% para as mulheres e de 11,2% para os homens. Verifica-se que essas distâncias persistiram ao longo da década, mas ressalta-se que ocorreu uma melhora no índice de escolaridade para ambos os sexos.

Outra dimensão de análise da situação educacional da juventude refere-se às diferenças por cor/raça. Se, por um lado, as diferenças ainda aparecem de forma significativa, por outro, elas vêm caindo ao longo do tempo. Os dados da Pnad de 2007 revelam que o analfabetismo entre jovens negros é quase duas vezes maior do que entre brancos. Contudo, a distância entre ambos os grupos encurtou em um período de dez anos: em 1997, o analfabetismo entre os jovens negros era três vezes maior que entre os brancos. Em relação à frequência líquida ao ensino médio, a mesma é 49,2% maior entre os brancos. Mas, em 2007, temos aproximadamente três vezes mais negros frequentando o ensino médio que em 1997. No que diz respeito ao ensino superior, a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Também neste caso a diferença tem diminuído: em 1997, a frequência líquida ao ensino superior era cerca de cinco vezes maior entre os brancos. Vale dizer que houve ainda uma significativa melhora no nível de adequação educacional entre os jovens negros: enquanto, nos últimos anos, se observou entre os brancos certa estagnação, entre os negros a melhoria na frequência líquida ao ensino médio é bastante significativa: em dez anos quase duplicou.

Quanto às diferenças entre o meio urbano e o meio rural, as mesmas se mantêm grandes. Em 2007, o nível de escolaridade dos jovens das zonas rurais era 30% inferior ao dos jovens das zonas urbanas. Além disso, 9,0% dos jovens rurais continuavam analfabetos, contra 2,0% dos jovens do meio urbano. Nota-se que a média de anos de estudo dos jovens rurais teve uma ligeira alta em relação a 2006, alcançando os 6,5 anos, mais ainda permaneceu abaixo da média nacional.

2.2. Renda e Ocupação

No que diz respeito à renda, a Pnad 2007 mostra que 30,4% dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda domiciliar *per capita* de

até meio salário mínimo; 53,8% pertenciam ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre meio e 2 salários mínimos; apenas 15,8% viviam em famílias com renda superior a 2 salários mínimos.

Ainda que não exista desequilíbrio na distribuição do grupo populacional juvenil por sexo (metade composta de homens e metade de mulheres), as jovens eram um pouco mais atingidas pela pobreza: 53% contra 47% no caso dos homens.

No plano regional, os jovens do Nordeste continuaram tendo menor renda, havendo um total de 53,4% de jovens nordestinos pobres. Também nesta região, dos 27,2% jovens que viviam em áreas rurais, 74,4% eram pobres.

Em 2007, o nível de ocupação dos jovens praticamente repetiu o de 2006: 62,2% no grupo de 18 a 24 anos e 74,9% no grupo de 25 a 29 anos. Embora entre 2006 e 2007 a taxa de atividade também tenha se mantido quase inalterada no grupo de 16 a 17 anos, alcançando a porcentagem de 45,3%, constata-se uma redução de 9,3% em um período de dez anos. Ou seja: houve um aumento do número de *jovens adolescentes* que estão postergando sua entrada no mercado de trabalho.

O adiamento do ingresso no mundo do trabalho, a princípio, deve ser visto como uma situação favorável, considerando que, por volta dos 17 anos, o jovem deveria estar concluindo ou perto de concluir o ensino médio. Ter a chance de finalizar o ensino médio, de se preparar para ingressar no mundo laboral e na vida cidadã é o desejável em termos do processo de socialização. Todavia, se o aumento da inatividade estiver vinculado ao desemprego por desalento ou à ocupação em atividades domésticas e, sobretudo, se coincidir com o abandono dos estudos, estamos diante de uma situação preocupante.

Tabela 1**Condição de atividade e estudo por sexo e faixa etária dos jovens no Brasil em 2007 (%)**

Faixa Etária	Só Trabalha	Trabalha e Estuda	Só Estuda	Não Trabalha nem Estuda
Homens				
15 a 17 anos	11,4	26,4	54,7	7,4
18 a 24 anos	56,3	17,5	12,1	13,9
25 a 29 anos	78,6	8,7	2,2	10,3
Mulheres				
15 a 17 anos	5,0	17,0	65,9	12,0
18 a 24 anos	36,3	14,9	16,5	32,1
25 a 29 anos	53,7	8,9	4,4	32,8

No que tange à questão do desemprego juvenil, a Pnad de 2007 mostra o quanto ainda são restritas as oportunidades para os jovens no mercado de trabalho: 4,6 milhões estavam desempregados, representando 63% do total de desempregados no país. Nota-se que o desemprego juvenil era 2,9 vezes maior que o dos adultos (a taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego adulto era de 4,8%).

Desagregando os dados por faixas etárias, consta-se que, de 2006 para 2007, ocorreu uma redução no percentual de desempregados nas faixas etárias de 16 a 17 anos e de 18 a 25 anos. O mesmo não aconteceu no grupo de 25 a 29 anos, para o qual foi constatada uma ligeira alta no desemprego.

Tabela 2**Participação da população jovem no desemprego****Brasil - 2006 e 2007 (%)**

Faixa etária	2006	2007
15 a 29 anos	63,8	61,4
15 a 17 anos	9,6	9,4
18 a 24 anos	38,4	35,6
25 a 29 anos	15,8	16,3

Apesar da vulnerabilidade do jovem quanto ao mercado de trabalho, percebe-se uma melhora nas condições de trabalho, com alta na formalização. Também se verifica uma redução no número de trabalhadores não remunerados na faixa etária de 18 a 24 anos.

Tabela 3

Posição na ocupação. Brasil – 2006 e 2007 (%)

	Faixa etária	2006	2007
Empregado com carteira de trabalho assinada	18 a 24 anos	40,7	43,9
	25 a 29 anos	45,3	46,7
Empregado sem carteira de trabalho assinada	18 a 24 anos	29,5	27,9
	25 a 29 anos	19,5	18,6
Trabalhador doméstico com/sem carteira assinada	18 a 24 anos	6,5	5,9
	25 a 29 anos	6,8	6,6
Contra própria	18 a 24 anos	9,8	9,6
	25 a 29 anos	15,3	14,7
Empregador	18 a 24 anos	1,0	0,8
	25 a 29 anos	2,7	2,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo e uso	18 a 24 anos	2,3	2,4
	25 a 29 anos	2,3	2,3
Não-remunerado	18 a 24 anos	7,6	7,0
	25 a 29 anos	3,7	3,7

As desigualdades de gênero persistem em termos de trabalho. Embora as mulheres estejam à frente dos homens em termos de escolarização, elas ainda apresentaram um menor nível de ocupação que os homens. Mas os dados mostram um processo, mesmo que lento, de redução desta diferença.

2.3. Condições de moradia

A maioria dos jovens brasileiros está concentrada nas áreas urbanas (85%). A proporção de jovens vivendo em áreas rurais ainda é maior no Nordeste (27%) e no Norte (22%) do que nas outras regiões. O Sudeste continua sendo a região onde há um maior número de jovens vivendo em zonas urbanas (94%).

Dos jovens que estão em áreas urbanas, 48,9% viviam em 2007 em moradias com localizações inadequadas. Percebe-se uma ligeira redução neste percentual com relação a 2006, mas deve-se considerar que também houve uma leve diminuição do segmento jovem da população. Nota-se ainda que cerca de 2 milhões de jovens permaneceram morando em favelas.

Quanto à qualidade da habitação, cerca de 28 milhões de jovens viviam em moradias fisicamente inadequadas como, por exemplo, sem água canalizada, sem rede de esgoto, sem coleta de lixo, construídas com materiais não-duráveis. Destes, cerca de 20 milhões encontrava-se em áreas urbanas.

Sublinha-se que as condições de moradia dos jovens das zonas rurais figuram como bem mais precárias do que as dos jovens das zonas urbanas: 96,7% dos jovens rurais viviam em moradias inadequadas, percentual corresponde a aproximadamente 7,5 milhões de jovens.

3. Raça/Cor

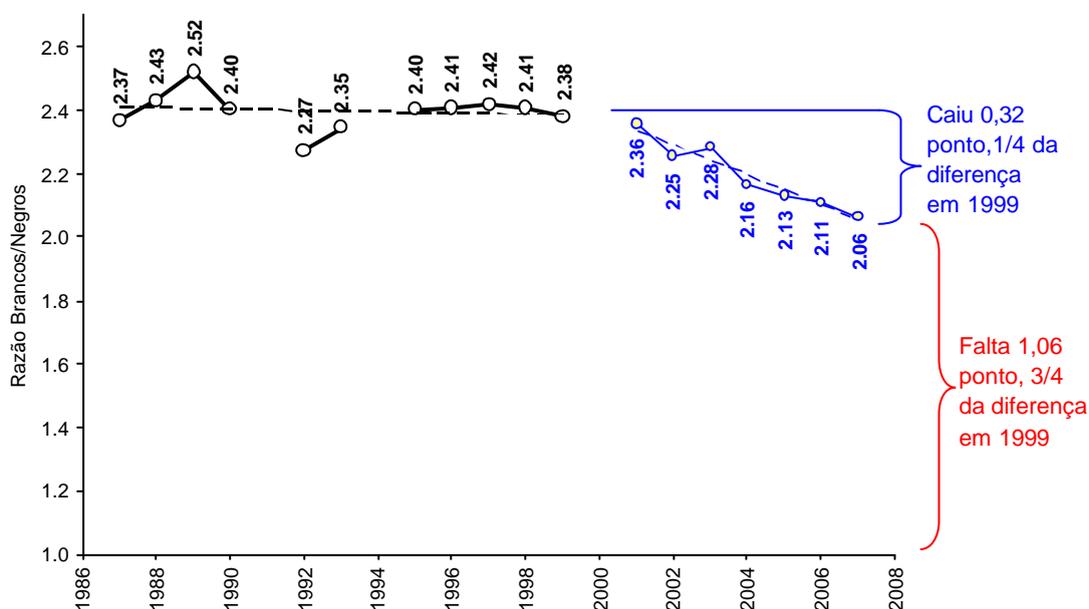
3.1. Renda Relativa de pretos e pardos

É fato conhecido no panorama das desigualdades brasileiras que há uma desigualdade racial considerável no país. Pretos e pardos, doravante denominados negros, têm uma renda per capita que é menos que a metade da renda domiciliar per capita de brancos. Trata-se de uma desigualdade particularmente detestável na medida em que não é atribuível a nenhuma medida de mérito ou esforço, sendo puramente resultado de discriminações passadas ou presentes.

A boa notícia, no entanto, é que a desigualdade racial, como medida pela razão de rendas entre brancos e negros, vem caindo. O gráfico 1 mostra a razão entre as rendas domiciliares per capita de brancos e de negros desde 1986. O gráfico mostra claramente que, após oscilar durante doze anos em torno de 2,4, começou a cair após 2001. Em 2007, esta tendência continuou e a razão de rendas chegou a 2,06. Ou seja, brancos ainda vivem com mais que o dobro da renda disponível, na média, em relação aos negros, mas melhorou significativamente desde 2001.

Gráfico 1

Razão de Rendas Entre Negros e Brancos



Fonte: Microdados Pnad. Elaboração Ipea

O gráfico mostra que, nos seis anos entre 2001 e 2007, um pouco menos que um quarto da diferença de 1999 na razão de rendas foi retirada. Isto quer dizer que faltam os outros três quartos.

Se o ritmo continuar o mesmo, haverá igualdade racial na renda domiciliar per capita apenas em 2029.

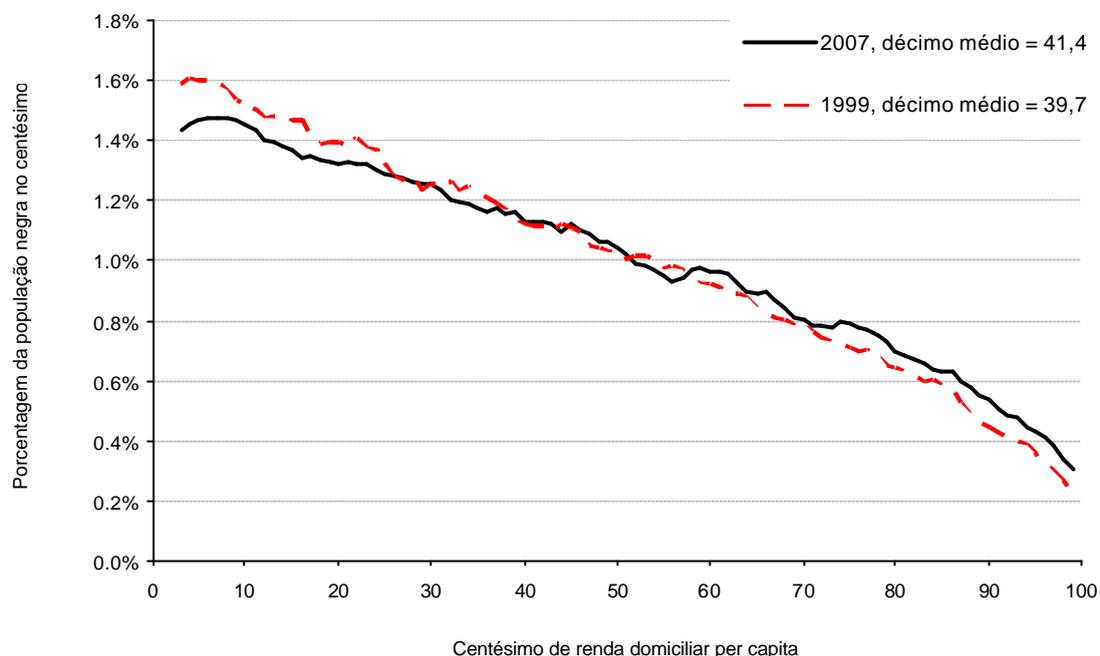
No mesmo período, a desigualdade da distribuição de renda geral também caiu consideravelmente. O coeficiente de Gini, também após longos anos de estabilidade em patamares altos, também começou a cair fortemente em 2001, e a queda se manteve até hoje. A pergunta natural é se a redução de uma desigualdade é mera consequência da outra. Em outras palavras, sendo negros sobre-representados na cauda inferior da distribuição de renda é possível que a redução da razão de rendas não seja consequência de uma redução nas práticas discriminatórias e sim do fato de negros serem maioria entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, dos benefícios previdenciários indexados ao salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada e dos outros mecanismos de redução da desigualdade geral.

Um modo de ver se este é o caso é indagar se houve mobilidade de negros entre centésimos de distribuição de renda. Se não houve nenhuma mobilidade entre centésimos de renda e a distribuição de pretos e pardos continua em 2007 igual à de 1999, isto quer dizer que a redução da razão de rendas se deve exclusivamente aos fatores que levaram a uma redução da desigualdade. Dito de outro modo, pessoas negras continuam ocupando as mesmas posições na distribuição de renda, mas esta distribuição melhorou.

Não se deve subestimar a importância da redução da desigualdade para a vida de indivíduos negros. Como estes são a maioria, até a metade da distribuição de renda, qualquer política que leve a melhorias absolutas ou relativas para a metade mais pobre da população leva a melhorias no padrão de vida da maioria da população negra. Ou seja, mesmo sem mobilidade posicional, há mobilidade de renda.

Gráfico 2

Distribuição da População Negra entre Centésimos Brasil (1999 – 2007)



Fonte: Microdados Pnad. Elaboração Ipea

No entanto, houve mobilidade posicional. O gráfico 2 mostra a distribuição da população negra por centésimo de renda. Se não houvesse nenhuma discriminação passada ou presente no Brasil, este gráfico seria uma linha horizontal na altura de 1%. Ou seja, 1% da população negra estaria em cada centésimo de renda. Sendo que a população negra se encontra altamente sobre-representada nos centésimos mais pobres e altamente sobre-representada nos centésimos mais ricos, o gráfico de fato observado é uma função decrescente. A pobreza é predominantemente negra e a riqueza é predominantemente branca.

O outro fato claro no gráfico 2 é que a situação tem melhorado. A linha preta sólida que representa 2007 está abaixo da linha vermelha pontilhada que representa 1999 até o centésimo 38, as duas andam juntas até o centésimo 58 e a partir deste centésimo a linha de 2007 situa-se sempre acima da de 1999. **Em outras palavras, enquanto a sobre-representação dos negros entre os mais pobres caiu ligeiramente, a sua representação entre os mais ricos também aumentou ligeiramente.**

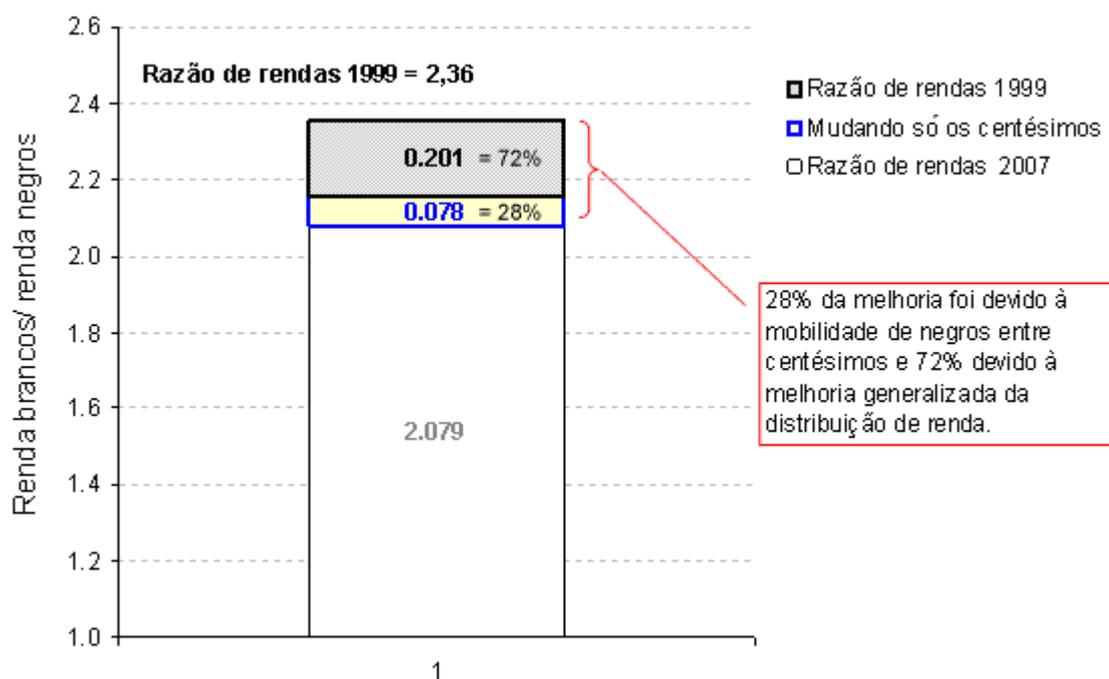
É possível decompor a redução na razão de rendas em um componente de mobilidade posicional e um componente de redução

geral da desigualdade usando técnicas de simulação padrão.² O resultado se encontra no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3

Decomposição da Mudança da Razão de Rendas

Brasil - 1999 e 2007



Fonte: Microdados Pnad. Elaboração Ipea

É importante ressaltar que os resultados de micro-simulação são sensíveis à linha de base e os números podem mudar de uma simulação a outra. No entanto, raramente as conclusões qualitativas o fazem.

A principal conclusão é que, como era de se esperar na ausência de políticas de ação afirmativa de grande envergadura, a principal responsável pela redução da razão de rendas foi a redução generalizada da desigualdade na sociedade brasileira. Esta melhoria da distribuição de renda foi responsável por 72% da redução da razão de rendas.

No entanto, a mobilidade posicional da população negra foi responsável por 28% da melhoria na razão de rendas. Considerando que a mobilidade social é um processo lento e, como foi mencionado, as políticas públicas específicas para redução das desigualdades

² A técnica consiste em construir uma distribuição simulada que consiste na população negra ocupando os centésimos como em 1999, mas estes centésimos sendo remunerados como em 2007.

raciais foram poucas no período, este é um número bastante alvissareiro. Os negros estão melhorando sua posição na sociedade com relativa rapidez.